

Economia PIB evita queda, mas estagna no terceiro trimestre

Economistas apontam, em média, para variação nula em cadeia. Cenário mantém-se para os últimos três meses do ano

Um crescimento marginal ou uma queda também marginal. São estas as projeções dos economistas ouvidos pelo Expresso, sobre a evolução da economia portuguesa no terceiro trimestre deste ano face aos três meses anteriores, em anticípao aos dados que o Instituto Nacional de Estatística deve publicar na próxima segunda-feira. O Produto Interno Bruto (PIB) terá evitado uma queda no verão, mas

sem conseguir crescer. E o cenário para os últimos três meses do ano é semelhante.

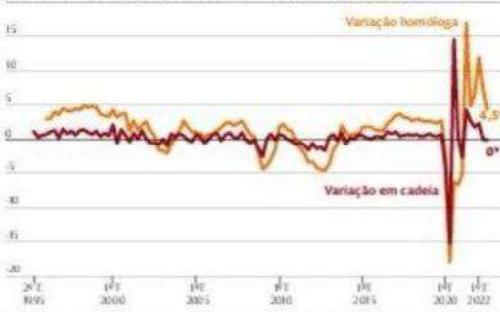
Os números para a evolução em cadeia (ou seja, em relação ao trimestre anterior) vão de uma queda de 0,5% (Católica-Lisbon), até um aumento de 0,3% (Millennium bcp), com o Santander a antecipar um recuo de 0,2%, enquanto BPI e ISEG esperam crescimento de 0,3%. A média sinaliza uma variação nula.

Já na comparação homóloga, o crescimento de manteve-se robusto. Até porque o verão do ano passado ficou ainda marcado por restrições associadas à pandemia de covid-19 e a recuperação do turismo foi muito forte. As previsões oscilam entre crescimentos de 4% e de 4,8%, com ameaça a situar-se nos 4,5%.

O que marcou a evolução da economia portuguesa durante o verão? Mónica Rodrigues, economista do Millennium bcp, destaca "o forte dinamismo do turismo". Opinião unânime entre os economistas. O sector registou em agosto um novo recorde de hóspedes, dormidas e receita, superando o mesmo mês de 2019. Em sentido inverso, o indicador de confiança dos

ECONOMIA PORTUGUESA EVITA QUEDA NO VERÃO

Variação em cadeia homóloga do produto interno bruto trimestral, em percentagem



*Terceiro trimestre de 2022 média das previsões de BPI, Católica-Lisbon, ISEG, Millennium bcp e Santander

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, BANCO DE PORTUGAL, BANCO CENTRAL DA AFRICA OCCIDENTAL, BANCO DE SÃO TOME E PRÍNCIPE

Assunção, professor da Católica-Lisbon. "A nossa projeção é de uma queda na variação em cadeia, em linha com o cenário externo, nomeadamente na zona euro, graças aos constrangimentos no âmbito da energia e ao progressivo aumento dos juros", avisa Paula Carvalho, economista-chefe do BPI.

Juros a subir em força e um clima de incerteza "podem significar que a procura interna continuará a ser determinante para um menor desempenho da economia portuguesa", afirma Pedro Brinca. "Estamos a trabalhar com uma dinâmica de estagnação da atividade no quarto trimestre", diz, por sua vez, Bruno Fernandes, economista do Santander.

Apesar deste arrefecimento, 2022 será de forte crescimento da economia portuguesa. Fruto do forte arranque do ano e beneficiando do efeito de base, as projeções oscilam entre 6,1% (Católica-Lisbon) e 6,5% (ISEG e Millennium bcp). BPI e Santander apontam para 6,3%, valor em que fica a média. Ou seja, abaixo dos 6,5% esperados pelo Governo, e dos 6,7% antecipados pelo BdP.

SÓNIA M. LOURENÇO
s.loureco@expressoimpres.pt

Descodificador por CÁTIA MATEUS

Desde 1999 à procura de um acordo nos salários

O Governo fechou com os sindicatos afetos à UGT um acordo para valorização dos salários e carreiras do Estado, mas foram precisos 23 anos para o conseguir. Aumento médio será de 3,9%, em 2023

1 O que muda nos salários da Função Pública?

No início de outubro, o Governo apresentou aos sindicatos da Administração Pública uma proposta de acordo plurianual para a valorização dos salários e das carreiras dos trabalhadores do Estado. A proposta, centrada em aumentos diferenciados nas várias carreiras, marca uma ruptura com a regra adotada desde 2020, que balizava o referencial de aumentos — negociado em outubro com os sindicatos — pelo valor médio da inflação registada nos 12 meses anteriores. A partir de 2023, e até ao final da legislatura, as regras serão outras. O acordo firmado no último fim de semana com os sindicatos afetos à UGT — STE e FESAP — define um aumento mínimo de €52,11 ou 2% anuais (para quem tenha vencimento acima dos €2600 brutos) para os funcionários públicos.



FOTO: RICARDO MARQUES

2 Em que é que isto se traduz?

Inicialmente, o Governo garantia a todos os assistentes técnicos um aumento adicional de €52,11 (além da atualização anual no mesmo valor), em 2023, ou seja mais €104,22 brutos mensais, para todas as posições remuneratórias da carreira. Mas para os técnicos superiores e os assistentes operacionais, a valorização seria faceada. E, no caso dos primeiros, faltavam saber se abrangia também as carreiras revisadas este ano. A versão final do acordo acaba por anteclar para 2023 também a valorização salarial (em €104,22) dos técnicos superiores em todas as posições da carreira. Para assistentes operacionais, a diferenciação só é feita em função da antiguidade: sobre dois níveis (€104,22) os trabalhadores com mais de 30 anos de serviço e inimveis (€52,11) quem tem mais de 15 anos de serviço, mas o calendário ainda será negoiado com os sindicatos.

3 E o subsídio de refeição é atualizado?

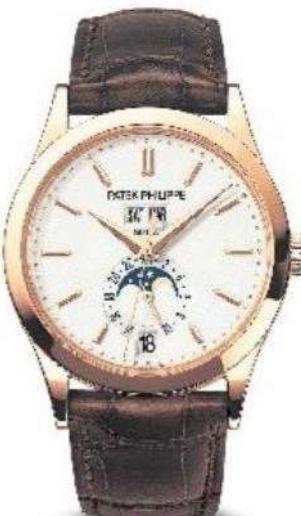
Esta era uma das exigências da Federação dos Sindicatos da Administração Pública (Fesap). Embora a primeira proposta apresentada aos sindicatos não integrasse uma atualização do subsídio de refeição, nas negociações subsequentes, José Abraão, secretário-geral da Fesap, acabaria por conseguir integrar o termo acordo com efeitos retroativos. Em linha com o que foi negociado no âmbito do acordo de rendimentos, para o sector privado, em janeiro de 2023, mas com efeitos retroativos a outubro de 2022, o subsídio de refeição dos funcionários do Estado aumenta os atuais €52,11 para €55,20 dia, uma aumento de €0,13 por dia. Considerando um mês completo de trabalho, a atualização desse subsídio representa um incremento de €9,46. Juntando a atualização salarial, o aumento médio em 2023 será de 3,9%. Ainda assim, abaixo da inflação.

4 Estão previstas outras medidas?

Sim. Além dos incrementos salariais descritos e da atualização do subsídio de refeição, o Governo compromete-se com os sindicatos a negociar, já a partir do próximo mês, a valorização das carreiras especiais revisadas, de grau de complexidade 2, que espejam compreendidas pela Base Remuneratória da Administração Pública (áreas como a Defesa, Administração Interna, Justiça e Saúde). Paralelamente, será implementada a regra de acumulação de pontos sobrantes em sede de avaliação do desempenho, no âmbito do Sistema de Avaliação de Desempenho da Administração Pública (SADAP), para efeitos de alteração do posicionamento remuneratório. E compromete-se ainda a começar a debater com os sindicatos, a partir de janeiro de 2023, a revisão do SADAP, permitindo progressões mais rápidas.

NUNCA SOMOS VERDADEIRAMENTE DONOS DE UM PATEK PHILIPPE.

APENAS CUIDAMOS DELE PARA A GERAÇÃO SEGUINTE.



CALENDÁRIO ANUAL REF. 5396R

DAVID ROSAS
time experts

Lisboa - Av. Liberdade, 68A - T 213 243 870
Porto - Avenida da Boavista 1491 - T 229 061 060
Algarve - Quinta Shopping, Lote 20 - T 289 369 410
www.davidrosas.com